

# OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Ivan M. T. Camargo<sup>1</sup>

**Resumo:** O ensino superior público no Brasil passa por vários desafios. Este artigo se propõe a analisar três deles: orçamentário, qualidade e governança. Os dados apresentados mostram que as restrições financeiras devem se manter no futuro próximo. Além disso, a qualidade do ensino, quando comparada com outras universidades internacionais, tem caído. Para, em ambiente de restrição financeira, reverter a queda da qualidade é preciso de um grande esforço de discussão e reestruturação da universidade pública. Este artigo propõe caminhos para que ela volte a crescer e para que aumente a sua relevância no quadro do ensino superior nacional.

**Abstract:** Public higher education in Brazil faces several challenges. This article aims to analyze three of them: budget, quality and governance. The data presented show that financial constraints should remain in the near future. In addition, the quality of teaching, when compared to other international universities, has fallen. In an environment of financial constraint, reversing the fall in quality, a great effort to discuss and restructure the public university is necessary. This article proposes ways for it to grow again and to increase its relevance in the context of national higher education.

## 1 Introdução

Este artigo encerra uma sequência de três contribuições ao Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES). O primeiro trabalho [FORGES, 2014], foi em 2014, onde eu descrevi, com otimismo, o futuro do ensino superior no Brasil. Em seguida, em 2017, usando os mesmos dados e as mesmas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) [OPNE, 2020], mostrei que políticas econômicas equivocadas adotadas pelo governo apontavam para uma crescente dificuldade de atender as metas prevista na Lei n. 13.005 [BRASIL, 2014].

Neste artigo, em plena pandemia, mostro que as previsões feitas em 2017 estavam corretas e as metas e melhorias previstas em 2014 não vão acontecer.

---

<sup>1</sup> Ex-Reitor da Universidade de Brasília - UnB

O objetivo deste trabalho é mostrar os dados da educação no Brasil e propor mudanças estruturais para que a educação superior pública seja capaz de atender a enorme demanda de formação superior da sociedade brasileira.

Considera-se dispensável discutir a importância da educação no desenvolvimento do país. Todas as evidências apontam que o retorno nos investimentos em educação são enormes e podem ser divididos em privados e sociais.

Como um bom exemplo do retorno privado da educação encontra-se o salário. A OCDE [OECD, 2019] afirma que, na Europa, a diferença média salarial entre os que terminaram o curso superior é de 57%. Em países como o Brasil essa diferença é ainda maior.

O outro retorno da educação é o social. É óbvio que uma boa educação facilita a comunicação; aumenta o espírito crítico; diminui a criminalidade e reduz a fertilidade. Estes fatores levam a um aprimoramento da democracia. Os economistas insistem que o retorno social da educação é ainda maior que o retorno privado.

## **2 O Desenvolvimento do Brasil**

Nos últimos anos, a partir do início do século, o Brasil conheceu um rápido crescimento econômico. Vários foram os motivos, mas talvez o mais importante tenha sido a regularização fiscal ocorrida no final do século passado. Depois de um longo período convivendo com enormes taxas de inflação, o país conseguiu criar uma moeda confiável e voltou a crescer.

A partir de 2011, como mostra a figura 1, o PIB per capita pára de crescer. Em 2014, a queda é acentuada. Várias referências mostram o equívoco das políticas econômicas adotadas no período. Ainda não se tem os dados de 2020, mas os valores preliminares apontam para uma redução da produção de riqueza do país da ordem de 5%.

É importante notar que foi o equilíbrio fiscal que levou ao crescimento. De forma análoga, o desequilíbrio levou à recessão. Não tem mágica. Não tem atalho. Todo governo quer gastar mais do que arrecada. Não pode. O endividamento do estado será pago pelas próximas gerações. A população paga um preço muito alto pela irresponsabilidade fiscal do governo. A mudança na trajetória do PIB justifica a revisão crítica do trabalho apresentado em 2014.

Faz parte das dificuldades de um governo, priorizar as despesas. É fato que, no Brasil, há um desperdício estrutural de dinheiro público. Temos a justiça mais cara do mundo e o poder legislativo não cansa de votar benefícios em causa própria. Não faz parte dos objetivos deste trabalho reorganizar o estado brasileiro, no entanto, com será mostrado, considerando a educação uma prioridade nacional, os gastos nessa área devem ser direcionados para a educação básica.

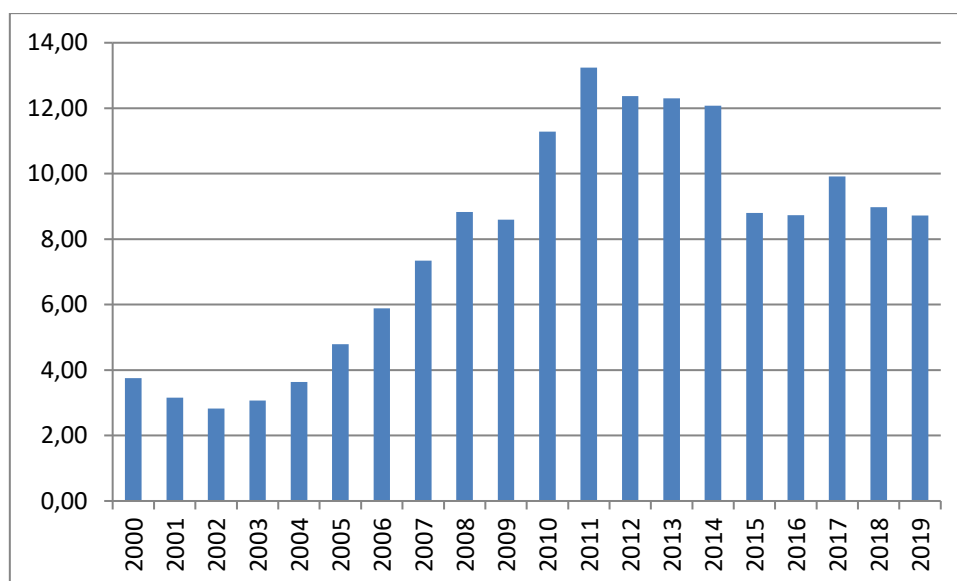


FIGURA 1 – PIB per capita do Brasil em milhares de dólares [WB, 2020].

### 3 As Metas do Plano Nacional de Educação

Para falar do ensino superior no Brasil é necessário retomar toda a cadeia de ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE) é um bom instrumento para fazer este acompanhamento. Todas as metas do PNE são importantes mas, como foi feito nos trabalhos anteriores, a análise vai se concentrar em três: a meta 2 (ensino fundamental); a meta 9 (alfabetização) e a meta 12 (ensino superior).

O Observatório do PNE, mantido pela organização não-governamental "Todos pela Educação" [OPNE, 2020] mostra a evolução dos índices e as metas a serem atingidas em 2024.

A figura 2 apresenta a taxa de matrícula líquida no ensino fundamental ao longo do tempo.

A análise dos dados mostra que, mesmo em 2014, a perspectiva de atingir a meta de 100% era baixa. No entanto, como o projeto era de longo prazo, a esperança era muito grande. A taxa média de crescimento é de aproximadamente 0,2 pontos percentuais por ano. Mantendo esta tendência, vai-se chegar a 98,8% em 2024. Tudo indica que a meta não será atingida.

Além do esforço de inclusão ter sido insuficiente, a maior crítica continua sendo a qualidade do ensino. Os últimos resultados apresentado pela OCDE [OECD, 2019] são alarmantes e, alguns, merecem destaque:

- # 43% dos estudantes avaliados ficaram abaixo no nível mínimo de proficiência nas três áreas (leitura, matemática e ciências);
- # Desde 2009, não se verifica nenhuma melhora significativa no nível dos estudantes em nenhuma das áreas; e
- # O status sócio-econômico é o mais forte predictor do desempenho do estudante.

Os resultados do ensino fundamental indicam que todo esforço público na área educacional deve priorizar o ensino básico.

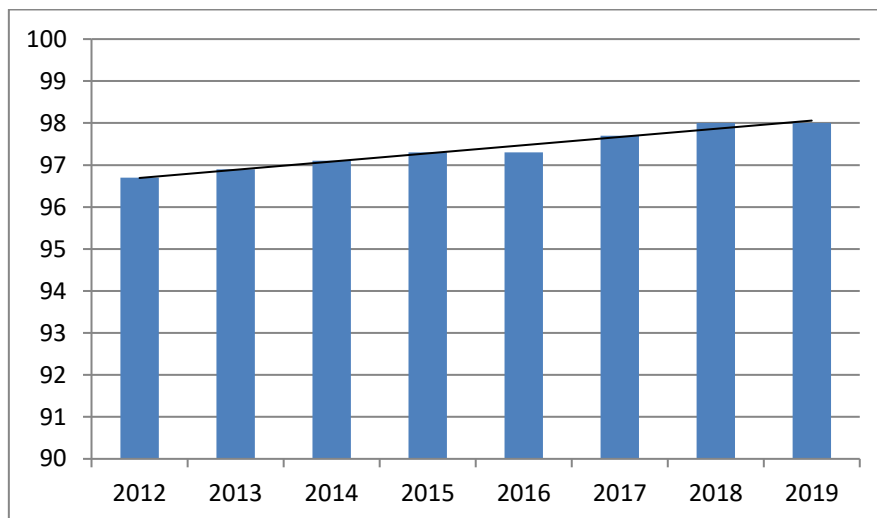


FIGURA 2: Meta 2 - "Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE".

A figura 3 mostra a taxa de alfabetização da população maior do que 15 anos. O resultado é vergonhoso. Sete por cento da população continua analfabeta. Além disto, a trajetória da curva mostra que a meta de acabar com o analfabetismo em 2024 não será atingida. Tudo indica que, duzentos anos após a independência, o país não conseguirá erradicar o analfabetismo.

A taxa média de crescimento é de aproximadamente 0,3 pontos percentuais por ano. A manutenção deste ritmo de redução do analfabetismo, como mostrado na figura, aponta que o país vai precisar de mais vinte anos para cumprir essa missão.

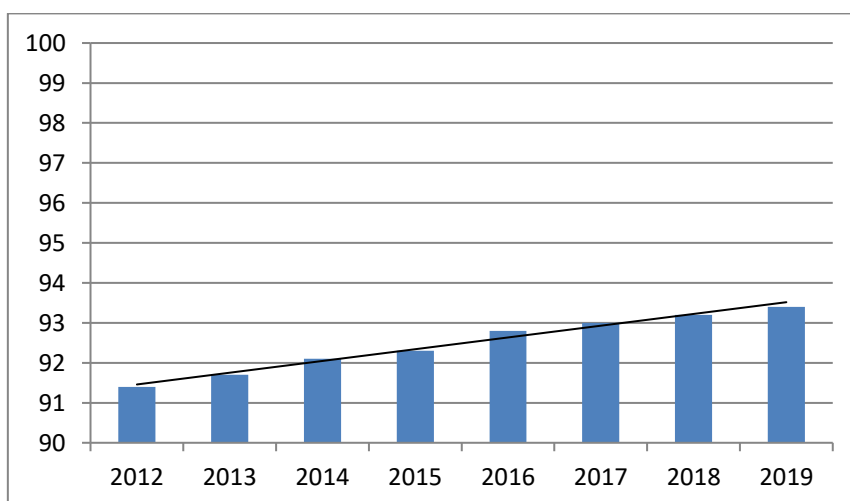


FIGURA 3: Meta 9 - "Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa da analfabetismo funcional".

Finalmente, deve-se analisar a figura 4 que mostra a evolução da meta 12 relativa à porcentagem de matrícula na educação superior da população entre 18 e 24 anos.

Observa-se que houve uma certa evolução. Em 2012, 33% da população naquela faixa etária estava matriculada na educação superior e, hoje, o índice atingiu 44%. A taxa média de crescimento é de aproximadamente 1,7 pontos percentuais ao ano. Mantendo esta taxa, seria possível atingir a meta de 50% no ano de 2024.

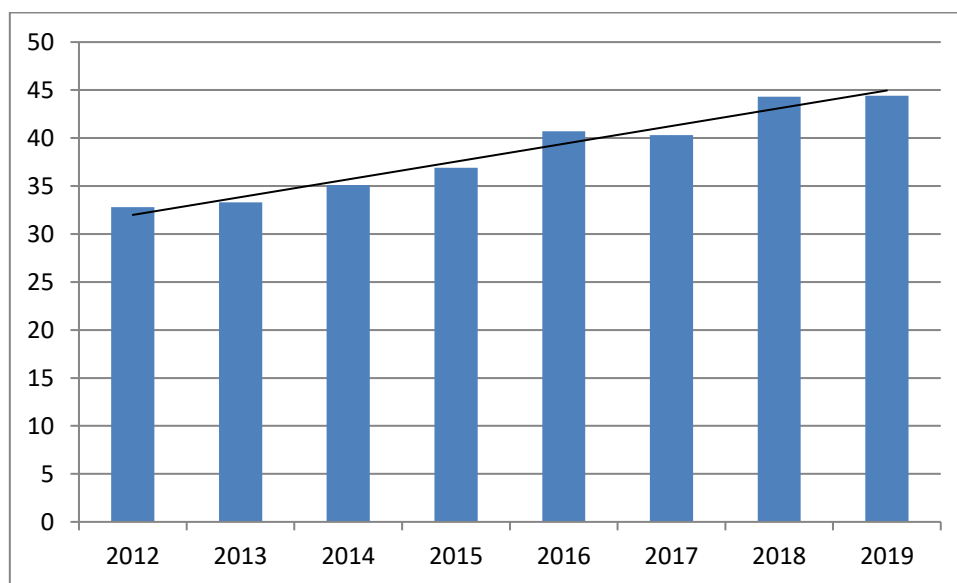


FIGURA 4: Meta 12 - "Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no setor público.

É preciso, no entanto, analisar com mais cuidado os dados da figura 3.3. A meta 12 é dividida em duas partes: 50% de matrículas sendo que 40% nas universidades públicas. O grande desenvolvimento quantitativo da educação superior se deu pela expansão da oferta de vagas nas instituições privadas. A tabela 3.1 mostra a distribuição de matrículas entre as instituições públicas e privadas em 2018 [INEP, 2019].

TABELA 1: Matrículas em cursos superiores por categoria administrativa (2018).

|              |                  |               |
|--------------|------------------|---------------|
| <b>Total</b> | <b>8.450.755</b> | <b>100,0%</b> |
| Pública      | 2.077.481        | 24,6%         |
| Federal      | 1.324.984        | 15,7%         |
| Estadual     | 660.854          | 7,8%          |
| Municipal    | 91.643           | 1,1%          |
| Privada      | 6.373.274        | 75,4%         |

A tabela 1 mostra que o ensino superior no Brasil é privado. Talvez seja esse o maior desafio: fazer com que o ensino superior se torne público. Isso é uma missão de longo prazo que extrapola os objetivos deste trabalho.

O que se propõe é analisar a viabilidade de atender as metas definidas pela Lei 13.005 [BRASIL, 2014], neste caso, que 40% do ensino superior do Brasil, em 2024, seja público. Isso equivale a dobrar o número de matrículas nos próximos quatro anos. É mais uma meta que não será atingida.

Resumindo, as três metas que eram factíveis em 2014 se tornaram impossíveis na data de hoje. Não há ação governamental que consiga reverter este quadro em tão pouco tempo. As metas do PNE não serão atingidas.

#### **4 As diferenças entre o ensino superior público e privado no Brasil**

Há, no Brasil, uma enorme diferença entre as universidades públicas e privadas. Os dados apresentados na tabela 2, com base na referência [INEP, 2019], mostram a diferença na contratação de docentes.

TABELA 2: Número de docentes (em milhares) nas instituições públicas e privadas

|         | <b>Número de professores</b> | <b>Dedicação Exclusiva</b> | <b>Tempo Parcial</b> | <b>Relação aluno/professor</b> |
|---------|------------------------------|----------------------------|----------------------|--------------------------------|
| PÚBLICA | 173.87                       | 150.07                     | 23.80                | 11.95                          |
| PRIVADA | 210.61                       | 57.88                      | 152.72               | 30.33                          |

Em 2018, os dois milhões de estudantes das universidades públicas contavam com 174 mil docentes. Isto aponta para uma relação de aproximadamente 12 estudantes por professor. Por outro lado, o número de docentes das universidades privadas no mesmo ano foi de 210 mil professores que corresponde a uma relação de mais de 30 estudantes por professor. Os dois extremos parecem equivocados. Nas universidades públicas a relação é muito baixa e, na privada, ela é muito alta. De qualquer forma, em termos de qualidade, é óbvio afirmar que as universidades públicas, no Brasil, oferecem uma melhor formação.

Outro dado que chama a atenção é a quantidade de professores em dedicação exclusiva (DE). No caso das universidades públicas o número de professores DE é da ordem de 86%. Nas universidades privadas, este número não chega a 28%. Mais uma vez, os dois extremos são exagerados. No caso das universidades públicas o número é grande demais, nas privadas ele não é suficiente. Esses dois parâmetros indicam como é caro o ensino superior público no Brasil.

Os dados apresentados no estudo sobre o "Financiamento da Educação Superior no Brasil" [4], mostram que o custo do estudante da universidade pública brasileira é da

ordem de R\$ 40 mil por ano, enquanto a anualidade média das universidades privadas é da ordem de R\$ 10 mil por ano.

A primeira vista, a diferença de custo dos alunos das universidades públicas e privadas pode parecer exagerado. No entanto, os dados da tabela 2 podem explicar a diferença. A maior parcela das despesas das universidades é com pessoal, sendo que os docentes representam o maior volume. Considerando que a despesa com os professores representem 50% do custo total da universidade, a simples mudança na relação de alunos/professor de 12 para 30 (como mostra a tabela 2) já representaria uma redução de custos da ordem de 20%.

Outra grande diferença de custo está relacionada ao número de professores em dedicação exclusiva. De fato, nas universidades públicas, a relação entre o salário de um professor DE e o salário de um professor TP é da ordem de cinco vezes. Assim, aumentando a proporção de professores em tempo parcial, o custo, por aluno, tem significativa redução.

Com estas hipóteses, simulando a folha de pagamento docente das universidades públicas considerando a relação aluno/professor da tabela 2 e o número de professores em tempo parcial das universidades privadas, chega-se a uma redução da ordem de 64%. Os dois efeitos em conjunto representam uma redução de 75% do custo docente. Justificando, desta forma, a redução de 40 para 10 mil reais por ano por aluno.

Usando-se o mesmo simulador, pode-se ter como objetivo a redução do custo do aluno à metade, ou seja, dobrar o número de alunos das universidades públicas sem aumento de custo. Para isso, a relação aluno professor utilizada foi de 15, o número acordado no programa de reestruturação das universidades (Reuni). Com essa variável definida, a relação entre professores TP e DE teria que ser de 50% para cada um.

Mesmo considerando que um processo de reestruturação do ensino público superior do Brasil seja indispensável, não é possível imaginar que ele ocorra no prazo para o cumprimento da meta 12 do PNE. De qualquer forma, é preciso repensar as universidades públicas. Antes de apresentar propostas, será feita uma avaliação da qualidade do nosso ensino superior.

## **5 Qualidade do ensino superior no Brasil**

Como foi visto, no item anterior, as universidades públicas são mais caras que as privadas. O mais importante, no entanto, é avaliar a qualidade do ensino. Para fazer essa avaliação, serão utilizados dois índices: a avaliação oficial efetuada pelo Ministério da Educação [INEP, 2020] e uma avaliação internacional [QS, 2020].

A avaliação oficial, realizada pelo INEP, é baseada no índice geral dos cursos (IGC), uma nota de zero a cinco que leva em consideração a média ponderada do desempenho dos estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Considerando o resultado de todas as

universidades divididas em públicas federais, públicas estaduais e privadas, o valor médio do IGC é apresentado na tabela 3.

TABELA 3: Valor médio do IGC das universidades brasileiras

| <b>Categoria Administrativa</b> | <b>IGC (médio)</b> |
|---------------------------------|--------------------|
| Pública Estadual                | 2,97               |
| Privada                         | 3,05               |
| Pública Federal                 | 3,31               |

O valor médio, às vezes, mascara informações importantes. As melhores universidades brasileiras são as públicas do estado de São Paulo. Elas lideram qualquer *ranking* nacional ou internacional. São várias as razões desta liderança mas é possível destacar três: a qualidade do ensino fundamental no estado; a concentração da riqueza; e a maior autonomia universitária.

De qualquer forma, a tabela 3 deixa claro que as universidades públicas federais são, em média, melhores que as privadas. A discussão da evolução no tempo do desempenho das universidades ficará restrita a esta categoria.

Para simplificar, ainda mais, a análise, foram escolhidas cinco universidades federais entre as melhores do país, são elas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Universidade de Brasília (UnB).

A figura 5 mostra o desempenho destas cinco universidades em duas avaliações sucessivas: 2014 e 2018. Os resultados da avaliação de 2018 acabaram de ser publicados.

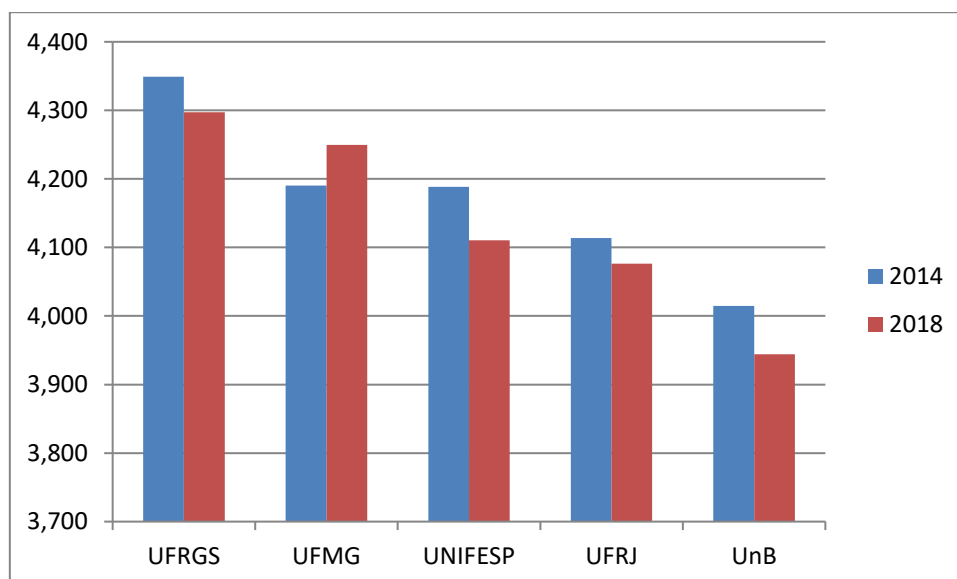


FIGURA 5: IGC das cinco universidades nas duas últimas avaliações.



Quatro, das cinco universidades federais escolhidas, tiveram piora na sua avaliação oficial.

Usando a avaliação internacional feita pela QS, os resultados são semelhantes. A figura 6 mostra a posição relativa no ranking das universidades da América Latina. Nesta figura, quanto maior a posição, pior o desempenho.

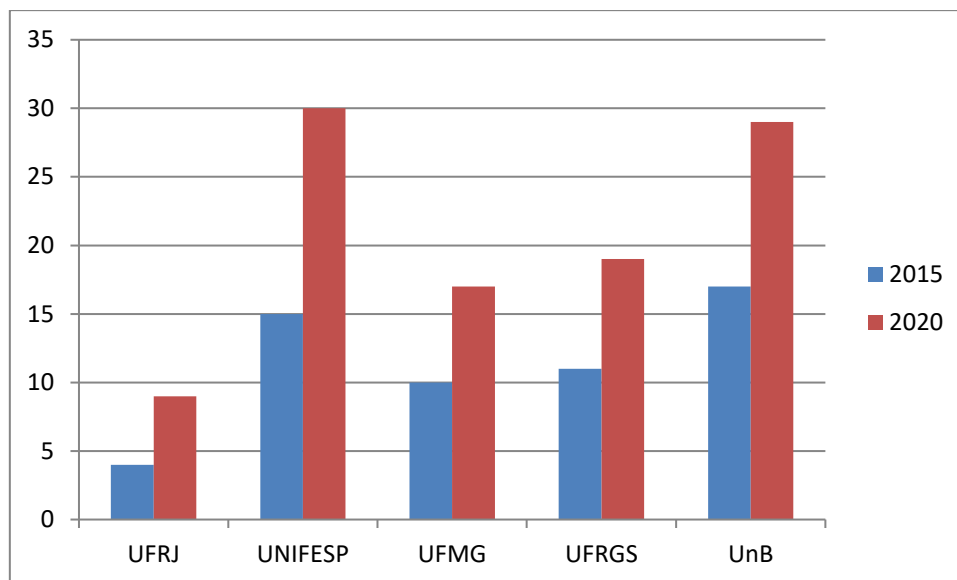


FIGURA 6: Posição das universidades federais no *ranking* da QS.

É conveniente utilizar a comparação com as outras universidades da América Latina por que uma comparação global mostra que a nossa melhor universidade (UFRJ) encontra-se na 358ª posição. Ou seja, o Brasil não tem nenhuma universidade federal entre as trezentas melhores avaliadas no mundo.

Os dados, infelizmente, mostram que as universidades públicas brasileiras estão piorando.

## 6 Diagnóstico e propostas de mudança

A questão que se coloca é por que as universidades públicas estão piorando? Sem identificar as causas é impossível encontrar uma solução.

A minha tese é que o governo não dá para a educação superior os incentivos corretos. Quando falo de governo, não estou me referindo a um governo particular. Nos últimos trinta anos, tivemos mudanças radicais do comportamento e da ideologia do governo mas nenhum foi capaz de melhorar a qualidade da educação.

Sendo ainda mais preciso, as ações do governo tem sido, em todas as áreas, ambíguas e, em geral, no sentido de incentivar quem menos precisa. Os juros subsidiados que beneficiam os empresários de determinadas áreas acabam com a concorrência no setor. Quando não há competição, não há incentivo à inovação e a melhora da produtividade.

O ensino superior público no Brasil tem um incentivo desproporcional. A gratuidade faz com que os melhores alunos procurem a universidade pública fazendo com que ela, mesmo sendo ineficiente, não sofra nenhum tipo de concorrência.

A gratuidade ainda provoca dois efeitos colaterais distintos. O primeiro é que parte dos estudantes não dão o devido valor ao custo social do seu curso. Abandonam as disciplinas tendo em vista que poderão cursar no semestre seguinte sem nenhuma penalidade. Além disso, a definição dos novos cursos não precisa estar em sintonia com os anseios da sociedade. O Reuni criou novos cursos nas universidades públicas que não têm demanda. Chega-se ao absurdo de cursos com mais vagas do que candidatos. Se o curso inútil fosse pago, ninguém se inscreveria. O controle social da universidade seria muito maior.

O controle, por parte do Ministério da Educação (MEC), da folha de pagamento do pessoal também é um incentivo equivocado. Se a instituição universitária não é responsável pelo pagamento da parcela mais importante dos seus gastos, ela não tem nenhum incentivo para ser mais eficiente. O bom gestor é aquele que consegue maior número de vagas. O custo do professor em dedicação exclusiva ou em tempo parcial, para a universidade, é o mesmo. Essa distorção leva ao quadro atual mostrado na tabela 4.

Em alguns cursos como engenharia, medicina, direito e arquitetura a presença de professores em tempo parcial com atividade no mercado de trabalho melhora em muito a qualidade do curso. A redução dos custos da universidade pode, se forem dados os incentivos corretos, melhorar a qualidade do curso.

A centralização dos recursos no ministério da educação reduz a autonomia universitária. Não há, por exemplo, nenhum incentivo para que a universidade organize um planejamento estratégico para aumentar o número de vagas. Mesmo com a evidência do aumento da demanda e da participação do setor privado, as universidades públicas não se movimentam no sentido de oferecer maior número de vagas.

Além das questões diretamente ligadas ao governo, as universidades também apresentam problemas internos de governança. O processo de tomada de decisão piorou muito nos últimos trinta anos.

São várias as causas mas, talvez, a mais importante tenha sido a chamada "democratização" da vida universitária. É possível identificar pelo menos três problemas relacionados à maior participação da comunidade nas tomadas de decisão: o tamanho dos conselhos, as eleições e as decisões corporativas.

Na década de 90, quando participei pela primeira vez do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade de Brasília, ele era composto por, no máximo, por duas dezenas de conselheiros. O Consuni atual tem 95 representantes. A participação da comunidade universitária nas decisões é importante. No entanto, o papel do conselho máximo da instituição é traçar estratégias e definir metas para a administração. Com quase cem componentes, o conselho passa a se comportar como uma grande assembleia onde estratégia e planejamento não têm espaço.

Posso garantir que, nos quatro anos que presidi este conselho, não se tomou nenhuma decisão relevante para a universidade. Conseguimos atribuir alguns títulos, aprovar contas, validar planos de cursos preparados pelas áreas mas não conseguimos discutir os rumos da universidade pública brasileira. A grande concentração de lideranças universitárias transforma o conselho num local propício para longos discursos daqueles que têm pretensões políticas dentro ou fora da academia.

As eleições para reitor também foram um erro. Na universidade, as maiores lideranças políticas e partidárias são oriundas do sindicato. Não é possível confundir os objetivos (legítimos) dos sindicatos com aqueles da universidade. Essa promiscuidade entre sindicato e administração contribuíram muito para a queda da eficiência das universidades. Uma lista tríplice, definida por um conselho composto por membros externos à academia, produziria um efeito muito melhor.

As eleições, por si só, já foram um equívoco. A comunidade conseguiu piorar o seus efeitos sugerindo, ao arrepio da lei, que o peso do voto fosse igual entre docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo. Das três categorias, apenas os professores conhecem, de fato, as atribuições de um reitor e quem, entre seus pares, estaria preparado para a função.

A grande maioria dos estudantes não se interessam e não participam do processo eleitoral. Só participa aqueles estudantes ligados à militância partidária. O viés deste voto é contrário aos interesses institucionais. Não faz sentido o reitor representar um partido político. A universidade, por definição, deve ser o local da liberdade e da diversidade.

Ainda pior é o voto do servidor técnico. Seus interesses são exclusivamente corporativos. Como funcionário público, ele não se importa com questões relativas ao mérito acadêmico, internacionalização, melhora nos níveis da produção científica. Para simplificar, o seu interesse é o de trabalhar o mínimo possível pelo maior salário disponível.

Na minha avaliação, o efeito das eleições nas universidades foi determinante na queda da sua produtividade. Na associação dos dirigentes de instituições federais de ensino superior (Andifes) é clara a predominância partidária dos reitores eleitos. Vários reitores estão mais preocupados com a reeleição do que com uma administração austera e eficiente. Dizer não às solicitações corporativas dos funcionários faz bem para a universidade mas não dá voto.

Se, de fato, são esses os problemas atuais das universidades públicas federais brasileiras as propostas para correção de rumo são simples:

- a) Retirar a gratuidade prevista na Constituição de 1988 do ensino superior público;
- b) Aumentar a autonomia universitária fazendo com que a administração seja responsável pelo pagamento do pessoal;
- c) Financiar a universidade pública com uma taxa única por aluno;

d) Criar um conselho de administração, com no máximo vinte pessoas, composto por personalidades externas às universidades, nomeado pelo ministério da educação para definir estratégias, planejar o futuro e prestar contas ao governo. Esse conselho deve ter o poder de sugerir ao ministro a troca do reitor além de mandar uma lista tríplice para a escolha do novo reitor;

e) Acabar com as eleições para reitoria; e

f) Acabar com os conselhos universitários.

Nenhuma das medidas sugeridas são de fácil implementação, no entanto, para reverter a tendência de declínio das universidades públicas federais, é preciso atuar nas estruturas de financiamento e governança. Todas as ações propostas são no sentido de aumentar a competição, a produtividade, a autonomia e transparências das instituições. O objetivo principal é diminuir as ações corporativas que têm prejudicado o bom funcionamento das instituições.

## **7 Conclusões**

O Brasil passa por uma longa crise econômica. A origem da crise está na má utilização do dinheiro público e na irresponsabilidade fiscal de alguns governos. Nos próximos anos, a educação vai ter que conviver com cortes orçamentários e terá que definir com clareza quais são as suas prioridades.

As metas do Plano Nacional de Educação não serão cumpridas. Como o plano é uma Lei, seria interessante redefinir os objetivos para não desmoralizar o instrumento legal. As metas devem ser ambiciosas, mas não podem ser inatingíveis.

O ensino superior público no Brasil é da ordem de quatro vezes mais caro do que o ensino privado. Na média, além de mais caro, tem qualidade muito superior. É preciso dar incentivos corretos às instituições públicas para que elas, mantendo a qualidade, se tornem mais eficientes e para que elas recebam uma parcela maior da demanda de ensino superior no país.

A comparação das universidades públicas brasileiras com universidades estrangeiras mostra que a qualidade tem caído. A academia precisa discutir este problema para tentar identificar as causas e propor soluções. Não me parece razoável continuar reclamando de falta de recursos.

Para contribuir com esta discussão, apresentei, neste artigo, o que me parece estar faltando às universidades públicas e proposta de mudanças profundas na sua organização e governança.

A reestruturação tem que dar mais autonomia e responsabilidade à gestão universitária. Além disto, é preciso diversificar as fontes de receita. Se não fizermos uma grande mudança, não vamos alterar o quadro de desenvolvimento deste país que precisa voltar a crescer.

## Referências

INEP (2019), *Sinopse Estatística da Educação Superior 2018*, Brasília, Inep, 2019, <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.

OPNE (2020), *Todos pela Educação, Observatório do PNE*, Brasília, 2020, consultado em 09/2020, <https://www.observatoriodopne.org.br/home>.

WB (2020), *The World Bank*, Washington, 2020, <https://data.worldbank.org/country/brazil>.

BRASIL (2018), *Financiamento da Educação Superior no Brasil: Impasses e Perspectivas*, Série de Estudos Estratégicos n. 11, Edições Câmara, Brasília.

OECD (2019), *Education at a Glance 2019: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>.

BRASIL (2014), *Plano Nacional da Educação (PNE)*, Lei n. 13.005, Congresso Nacional, Brasília, 2014.

FORGES (2014), *4a Conferência FORGES: Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*, Luanda, Angola.

OECD (2019), *Programme for International Student Assessment (PISA)*, Results from PISA 2018, [https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018\\_CN\\_BRA.pdf](https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018_CN_BRA.pdf).

INEP (2020), *Indicadores de qualidade da educação superior*, Brasília, <http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores-de-qualidade/resultados>.

QS (2020), *QS World University Rankings*, <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2021>.